

Constituição 88

Rubens Paiva, lembrado, desagrada aos militares

"A sociedade foi Rubens Paiva, não os facinoras que o mataram". Essa frase do deputado Ulysses Guimarães, parte integrante do seu pronunciamento de promulgação da nova Constituição brasileira, emocionou o plenário da Assembleia Nacional Constituinte, mas não agradou aos ministros militares.

Os chefes das Forças Armadas deixaram o plenário da Assembleia irritados com a afirmação de Ulysses Guimarães, e o ministro da Marinha Henrique Sabóia, disse isso claramente: "Eu não gostei".

O presidente da Constituinte sacudiu os ombros, ao saber do descontentamento dos ministros militares, e explicou-se, reafirmando a declaração: "Eu tive que fazer a referência a Rubens Paiva, porque ele foi uma das vítimas da ditadura".

Sem comentários

O ministro Henrique Sabóia — Leônidas Pires, do Exército, a expressão carregada, não quis falar — elogiou o discurso do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, mas fez a ressalva de não ter gostado de uma frase colocada no pronunciamento.

— Qual a frase, ministro? Perguntaram os repórteres.

— Vocês sabem qual.

— Foi aquela em que ele se referiu a Rubens Paiva?

— Foi.

Para o ministro da Marinha, o deputado Ulysses Guimarães, provavelmente, não teve intenção de afrontar os ministros militares, nem as Forças Armadas. Ele apenas considerou que a frase "não estava à altura do discurso", que aquele não era o momento para uma observação do tipo que fez o presidente da Constituinte.

O deputado Ulysses Guimarães deixou o Congresso Nacional "aliviado" e "orgulhoso" com a promulgação da nova Constituição.

Miro Pedrosa



Victor Crespo na tribuna

Crespo vê uma nova democracia

O presidente da Assembleia de Portugal, Victor Crespo, afirmou ontem que a nova Constituição brasileira "instaura a genuína democracia no Brasil", em um momento que se verifica a consolidação das instituições democráticas na América Latina. Ressaltou que no novo texto "o cidadão aparece muito mais protegido e menos à mercê das decisões distantes".

Victor Crespo, que discursou em nome dos presidentes dos parlamentos americanos, de Portugal, da Espanha e da África de expressão portuguesa, observou que a colocação dos aspectos relativos aos direitos e garantias individuais antes das disposições sobre a organização dos poderes e do Estado demonstra "a supremacia do indivíduo e da sociedade civil". Afirmou que o deputado Ulysses Guimarães "foi extremamente feliz" ao qualificá-la de "Constituição Cidadã".

Ressaltou a existência do dispositivo que prevê a revisão constitucional em 1993, lembrando que há dez anos Portugal elaborou uma Constituição que está sendo revista pela segunda vez. Para Victor Crespo são essas revisões que "permitem a adequação ao desenvolvimento e progresso do País".



Os ministros Moreira Lima (E) e Leônidas chegaram sorridentes. Depois, ficaram irritados



Foto: Josemar Gonçalves

Sarney treme ao jurar Carta

Quem acompanhou o presidente José Sarney desde a manhã de ontem jamais imaginaria que ele chegasse ao ponto de sequer conseguir colocar as mãos sobre a mesa, tanto elas tremiam, durante e depois do juramento à nova Constituição brasileira.

Sarney passou toda a manhã no Palácio da Alvorada. Lá recebeu dois amigos maranhenses e almoçou com o governador Epitácio Cafeteira, o deputado José Sarney Filho, o senador Alvaro Pacheco e d. Marly. Estava tranquilo e bem-humorado, segundo o governador do Maranhão.

Durante o almoço — eles comeram casquinha de jurará, uma espécie de tartaruga, e sultê de camarão —, o Presidente contou casos sobre a velha política maranhense, e se mostrava satisfeito consigo mesmo, com o pronuncia-

mento que fizera na noite anterior.

O Presidente da República deixou o Palácio da Alvorada pouco depois das 15h00 e o comboio, formado por seis carros, percorreu o caminho que leva ao Congresso Nacional à velocidade máxima de 40 quilômetros horários. Sarney foi recebido na garagem do Senado, com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Raphael Mayer, pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães. Até então, mantinha um ar descontraído e feliz.

conversou alegremente com Ulysses:

"Estou com saudades disso aqui", falou referindo-se ao Senado.

"É... este é um clube muito especial", respondeu Ulysses Guimarães.

Da garagem, o Presidente da República, o presidente do Supremo Tribunal Federal e o presidente da Constituinte foram, no mesmo carro, para a frente do Congresso, onde se daria a cerimônia da revista às tropas.

Este seria um momento crítico para Sarney. A expectativa era a de que ele seria vaiado pela multidão que, certamente, estaria em frente ao Congresso Nacional. Mas não havia ninguém, ou quase ninguém atrás da cerca e da corrente de policiais que colocaram para impedir a passagem do povo. Eram 15h45 quando Sarney, depois de vencer o Salão Negro e o Salão Verde do Congresso, entrou no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. O ambiente, aí, era nitidamente hostil à sua presença, e ele sentiu isso: o Presidente da República tremeu, na hora de jurar a nova Constituição.

Josemar Gonçalves

Arinos denuncia manobras

O senador Afonso Arinos (PSDB-RJ), que discursou ontem na sessão de promulgação do novo texto constitucional em nome dos membros da Assembleia, alertou os parlamentares para "o movimento orquestrado que visa desmoralizar a classe política". Incisivo, afirmou que "nosso dever é fazer política, isto é, defender a Constituição. Temos que acreditar nela e convocar a Nação para defendê-la, reagindo contra estes riscos disfarçados".

Arinos foi presidente da Comissão de Sistematização e durante os 20 meses de trabalho defendeu a garantia dos direitos individuais e coletivos e as propostas dos progressistas no capítulo da Ordem Econômica. Em seu discurso, o senador fez um histórico das Constituições brasileiras. Lembrou que em 1823, o imperador D. Pedro I, "aferrado à tradição absolutista da monarquia dos Bragança", dissolveu, pela tropa militar, a Assembleia Constituinte. "Esta agonia da coação militar sobre a representação popular, infelizmente, não foi a única na nossa história", afirmou, numa referência clara ao golpe militar de 1964.

Autoritários

Em sua análise histórica dos textos constitucionais, Afonso Arinos não citou a Carta que vigorou até às 15h50 de ontem. O senador

não considera "Constituição" o texto redigido por três ministros militares em 1969. Esse é o entendimento que alguns juristas têm em relação às Constituições outorgadas — que entram em vigor para sustentar estados autoritários sem o aval de uma Assembleia Constituinte.

Arinos ressaltou que a garantia dos direitos individuais é cada vez mais eficaz nas constituições contemporâneas, observando que "os direitos sociais fortemente capitulados são duvidosos. Direito individual assegurado, direito social sem garantia". Para ele, o mandato de injunção será importante na avaliação dessas experiências. Remeteu ao Supremo Tribunal Federal a responsabilidade de "oferecer interpretações aceitáveis, viáveis e realistas".

O senador lembrou que a ideia da Constituinte já se manifestava desde o final da década de 70, iniciando a concretização em 1985 quando o presidente eleito, Tancredo Neves, o convidou para presidir uma comissão incumbida de redigir o anteprojeto. Em setembro de 1986, a Comissão concluiu os seus trabalhos e o texto entregue ao presidente José Sarney. Arinos disse, em tom ressentido que, apesar de "dedicar belo e generoso discurso" Sarney preferiu não enviar o projeto à Assembleia.

Josemar Gonçalves



Arinos convocou os políticos para defenderem a Constituição



Sandra: arrependeram-se

Sandra proporá outro sistema

A Constituição promulgada ontem poderá sofrer, já no início do próximo ano, a primeira tentativa de alteração de seu texto, através de uma proposta de emenda para implantação do parlamentarismo, de autoria da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Segundo ela, o grupo parlamentarista do Congresso se reúne hoje com esse objetivo:

"Muita gente que não votou a favor do parlamentarismo na Constituinte está morta de arrependida e disposta a votar agora", disse Sandra Cavalcanti, assegurando que essa mudança atinge até mesmo parlamentares de setores esquerdistas, o que leva, segundo ela, a previsão do quorum de dois terços, necessário para alterar a nova Carta.

Menos otimista, o deputado Victor Faccioni (PDS-RS) lamentou que as diretrizes traçadas pela cúpula de partidos como o PT e o PDT continuem inibindo a manifestação de parlamentaristas abrigados sob essas siglas pela mudança de sistema de governo.